

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Aporte de R\$ 80 milhões da União vai bancar isenção de conta de luz no AP.....	2
Título: Apagão no Amapá municia grupos contra privatização	3
Título: Destaques	5
Título: Passivo bilionário dificulta venda da distribuidora de energia do Amapá	5
Título: Ribeirinhos da Amazônia passam a ter energia limpa	8
Título: Usina a gás seria solução menos poluente	12
Título: Curtas	13
Título: Petrobras e fundos estão longe de acordo.....	14
Título: Rombo na previdência das estatais soma 24,7 bilhões	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: » Bomba... ..	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: Governo quer leiloar transposição do São Francisco em 2021	19
Título: Balão... ..	21
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Braskem quer ver garrafas PET feitas a partir da cana	22
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	23
Título: Fraudes provocam perda de R\$ 23 bilhões	23
Título: Pirataria e roubos em alta.....	26

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/11/2020****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt e Matheus Schuch — De Brasília****Título: Aporte de R\$ 80 milhões da União vai bancar isenção de conta de luz no AP**

O presidente Jair Bolsonaro assinou neste fim de semana a Medida Provisória (MP) que prevê aporte de R\$ 80 milhões pela União para compensar a isenção no pagamento de energia pelos moradores do Amapá, que sofrem há três semanas com um apagão. O recurso vai bancar 30 dias de gratuidade, retroativos à data de assinatura.

Inicialmente, havia previsão de que a despesa seria rateada entre os consumidores do restante do país, com aumento da conta de energia. Mas o governo acabou optando por outro caminho. Agora, a definição é de que o Tesouro Nacional vai bancar a medida, que será operacionalizada pela Conta de Desenvolvimento Energética (CDE), fundo para políticas públicas que reúne todas as despesas e receita do setor elétrico.

O Amapá enfrenta uma crise de energia elétrica desde 3 de novembro, após explosões e incêndio em uma subestação de energia em Macapá, capital do Estado. Quase 90% da população foi afetada.

No último sábado, após pressão de autoridades e cobrança maciça nas redes sociais, Bolsonaro decidiu ir ao Estado. Acompanhado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ele fez um sobrevoo em Macapá e visitou duas subestações de energia. Também estavam na comitiva o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone. Bolsonaro publicou nas redes sociais imagens de sua viagem, inclusive, uma com pessoas o saudando, embora ela também tenha recebido vaias.

No Estado, o presidente destacou a importância da segurança energética, que seria tão relevante quanto a segurança alimentar. Ele disse que, desde o dia seguinte da queda de energia, medidas começaram a ser tomadas. “Hoje podemos dizer que estamos nos aproximando do 100% [de fornecimento restabelecido]”, disse no sábado.

Durante a semana, o presidente discutiu alternativas para o apagão junto ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e Alcolumbre. Além da MP, o acordo firmado pelas autoridades também prevê apoio à decretação de estado de calamidade pública pelo governo do Amapá, o que abre a possibilidade de o

governo antecipar pagamentos de seguro-desemprego, abono e benefícios previdenciários.

Além da MP, o acordo firmado pelas autoridades também prevê apoio à decretação de estado de calamidade pública pelo governo do Amapá, o que abre a possibilidade de o governo federal antecipar pagamentos de seguro-desemprego, abono e benefícios previdenciários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título: Apagão no Amapá municia grupos contra privatização

O trágico apagão no Amapá e a entrada da Eletronorte em cena para restabelecer o fornecimento de energia deram mais munição aos grupos que, desde sempre, atuam contra a privatização da Eletrobras no Congresso Nacional. Pior ainda, o tema foi politizado: subiu no palanque eleitoral de Macapá. Para adicionar incerteza, a disputa pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado dificulta as discussões sobre o tema. Mas esta deveria ser uma oportunidade para destravar o debate.

O episódio expôs uma situação em que a institucionalidade criada em torno da privatização de serviços públicos não funcionou. Uma concessionária privada que falhou em criar condições para cumprir seu compromisso de fornecer energia e uma agência reguladora que não foi capaz de evitar o desfecho desastroso, embora conhecesse o problema há anos. E a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), diga-se, está entre as mais bem avaliadas.

Nada disso, porém, deveria justificar a manutenção da Eletrobras na situação em que se encontra. A estatal apresentou prejuízo em 2017 e atualmente, embora com lucro, tem baixa capacidade de investimento. A solução proposta pelo governo não é entregar a estatal a um grupo privado, e sim trazer mais dinheiro para ela, pulverizando suas ações e diluindo a participação estatal. Com isso, em tese, é ampliado o controle da sociedade sobre a condução da empresa. Deve haver, porém, uma golden share para o governo utilizar em situações específicas.

Em várias aparições públicas ao longo da semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reafirmou a prioridade na privatização da estatal de energia. Reconheceu serem justas as críticas que lhe fazem pelo atraso na venda de empresas, uma promessa de campanha que até agora não saiu da

estaca zero. E admitiu que há um problema “nosso”, referindo-se ao governo, de uma “opção definitiva” pela privatização.

No caso da Eletrobras, apontou o dedo acusador para o Congresso. Haveria uma aliança de centro-esquerda contra a operação que ele, “ingenuamente”, desconhecia quando anunciou que privatizaria a empresa e outras três este ano. Nos bastidores, a queixa é que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) teria acordado com a oposição barrar o processo, em troca de apoio a seu candidato à própria sucessão, ainda indefinido.

Além de jogar os holofotes sobre o tema, Guedes movimentou a estrutura de sua superpasta para tentar converter golpe em ataque, como numa luta de judô. Na quinta-feira, entregou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), cujo irmão Josiel é candidato a prefeito de Macapá, um pacote de propostas para atender a população atingida pela crise. Não concordou com a prorrogação do auxílio emergencial, como pleiteado, mas ofereceu alternativas dentro do arsenal pré-pandemia para casos de calamidade.

Antes do apagão, Alcolumbre e o senador Eduardo Braga (MDB-AM), representantes de bancadas que historicamente se opõem à privatização, estavam a caminho do convencimento a favor da operação com a destinação de R\$ 3,5 bilhões para a modernização do parque gerador da região Norte. Outros R\$ 3,5 bilhões seriam destinados à revitalização da bacia do São Francisco, para contornar a oposição das bancadas do Nordeste e do norte de Minas Gerais.

O fundo para fortalecer o fornecimento de energia na região Norte e garantir a segurança energética é a principal resposta do governo para a situação. É oportunidade para rediscutir todo o sistema fazendo, inclusive, uma conexão com as novas regras para o mercado do gás natural, também em mãos do senador Eduardo Braga, ex-ministro de Minas e Energia.

Mas, enquanto a temperatura política estiver elevada, dificilmente haverá condições para seguir com as negociações. As eleições em Macapá foram adiadas para 13 de dezembro e, se houver segundo turno, 27 de dezembro.

Já as eleições das mesas da Câmara e do Senado só serão definidas em fevereiro de 2021. Até lá, o Congresso deverá funcionar em modo eleição, o que significa que temas polêmicos não serão decididos. A privatização da Eletrobras está entre eles, assim como as fundamentais reformas nas contas públicas, na administração federal e no sistema tributário.

Contra dúvidas, o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, declarou ao **Valor** que a estatal será privatizada em 2021, ainda que não haja novidades no curtíssimo prazo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/11/2020****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Estruturas em aço

A produção brasileira de estruturas em aço cresceu 25,6%, em 2019 na comparação com 2018, segundo levantamento “Cenário dos Fabricantes de Estruturas em Aço”, realizado pelo Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA), entidade cuja gestão é compartilhada pelo Instituto Aço Brasil - em parceria com a Associação Brasileira da Construção Metálica (ABCEM). Nos cinco anos anteriores, tinha sido registrada queda acumulada de 50% no volume produzido de estruturas de aço. Segundo o CBCA, a pesquisa foi iniciada em março e sua conclusão atrasou “devido às dificuldades provocadas pela pandemia de covid-19. No ano passado, a demanda se concentrou em obras de energia - eólica, solar e torres de transmissão - e edificações industriais. As 336 empresas participantes da sondagem produziram 822 mil toneladas de estruturas em aço e tiveram faturamento de R\$ 7,1 bilhões.

Telhas de aço

No segmento de telhas de aço e “steel deck” (telhas usadas para formas de lajes), a produção de 2019 foi estimada em 434 mil toneladas. O faturamento das 118 empresas entrevistadas pelo CBCA foi de R\$ 3,3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/11/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Passivo bilionário dificulta venda da distribuidora de energia do Amapá**

Única distribuidora de energia do Norte ainda estatal, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) tem prazo para passar por privatização, mas o processo chegou numa encruzilhada.

Segundo fontes com conhecimento do assunto ouvidas pelo **Valor**, o gargalo é principalmente econômico: a CEA só se torna atrativa a um potencial comprador com uma redução de seus passivos, que somam mais de R\$ 2 bilhões em dívidas, concentradas em BR Distribuidora e Petrobras. Diante da complexidade da negociação com credores e da incapacidade do dono da companhia - o Estado do Amapá - de assumir o passivo, surge nos bastidores

uma pressão para que a privatização conte com algum tipo de ajuda do governo federal, relatam as fontes.

A precariedade dos serviços prestados pela CEA ganhou os holofotes com o apagão do Amapá, que assolou o Estado e impõe restrições de fornecimento de energia há 20 dias. A troca do controle da distribuidora é discutida há anos e surge, na verdade, de uma imposição. A CEA tem o status de “designada”: opera sem contrato de concessão porque foi impedida de renová-lo por não atingir o mínimo de gestão e eficiência. O prazo para mudança de controle junto da assinatura de um novo contrato havia expirado em 2018, mas foi estendido com a medida provisória 998, de setembro deste ano.

Conduzido pelo BNDES desde 2018, o projeto de desestatização da CEA está com estudos praticamente prontos. No entanto, o processo está parado há meses, porque não se chegou a uma fórmula para tornar a empresa atrativa, do jeito que está, ao novo concessionário, nem se vendida a um valor simbólico.

O principal problema é o enorme passivo acumulado. Da cifra de quase R\$ 2 bilhões, mais da metade são dívidas detidas com BR Distribuidora e Petrobras por não pagamento de combustível usado na geração termelétrica na época em que o Amapá não era conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A lista de credores inclui ainda companhias que venderam energia para a CEA e não receberam e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Além do passivo, pesa na equação de potenciais investidores os aportes altíssimos que terão de ser feitos para melhorar o atendimento aos consumidores. A CEA é uma das piores distribuidoras do país e opera de forma precária há anos.

Diante desse quadro, o BNDES tem tentado negociar um corte da dívida da companhia com BR e Petrobras, que ultrapassa R\$ 1 bilhão, afirmam fontes. Os relatos são de que as conversas ora avançam, ora recuam. Existe uma dificuldade de convencer os credores, já que eles têm a perspectiva de que uma empresa privada assuma o passivo e lhes garanta o recebimento dos valores no futuro.

Por outro lado, a MP 998 adicionou um fator de pressão a essas negociações. O texto estabeleceu que a CEA tem até junho de 2021 para fazer o leilão de privatização conjugada com a outorga de concessão. Se o processo não sair até lá, aumenta o risco de que a distribuidora se torne insolvente, e quem perde são os credores.

Procurada, a BR afirmou que, “assim como outros credores, tem participado junto com o BNDES da busca da melhor solução”. A Petrobras não comentou.

Para uma das fontes, a CEA está em situação semelhante à da antiga Eletroacre, privatizada pela Eletrobras em 2018. Assim como a amapaense, as outras distribuidoras do Norte também estiveram em dificuldades e chegaram a atuar como designadas. Porém, nos demais casos, as desestatizações foram bem-sucedidas porque as distribuidoras haviam sido federalizadas, passando para o guarda-chuva da Eletrobras. Isso permitiu “subir” a dívida dessas empresas para a gigante estatal, sem prejuízo à percepção dos credores. Essa mesma facilidade não existe para a CEA, já que quem assumiria o passivo é o governo estadual, que só pagaria credores via precatório.

No passado, o governo federal chegou a iniciar um processo de federalização da CEA, mas ele não foi concluído.

Com o impasse da dívida ainda não resolvido, há uma pressão política para que a União colabore de alguma forma com a privatização, evitando que a CEA simplesmente “quebre”. Nos corredores, existe também uma tese mais “radical”, defendida por técnicos, de que a concessão deveria ser outorgada sem vínculo com a privatização - ou seja, o ônus da situação da distribuidora ficaria com o governo amapaense. Porém, essa alternativa é pouco provável, já que a CEA tem em mãos uma liminar da Justiça para impedir que isso aconteça.

Sobre o apagão que assola o Amapá, a avaliação é que o episódio ainda não pesa na conta da privatização. Segundo fontes, existe sim um receio de que o discurso “anti-privatização” possa contaminar o processo, mas, por ora, entende-se que muito do barulho pode estar motivado pelo período eleitoral.

A situação da CEA já é considerada insustentável há mais de uma década. Em 2007, a Aneel chegou a propor a caducidade da concessão ao **Ministério de Minas e Energia**, mas o pleito não foi para a frente. Desde então, o regulador vem acompanhando o desempenho da distribuidora e já emitiu várias advertências aos controladores.

Procurado, o BNDES afirmou que tenta elaborar, junto com distribuidora, credores e governo do Amapá, uma renegociação que possa preservar a atratividade da privatização, “cenário que alinha interesses públicos (entrada de novo operador com capacidade de realização de investimentos necessários para melhoria da prestação de serviços públicos) e interesses privados (atração de novo controlador que tenha capacidade de honrar com dívidas renegociadas)”. CEA, governo do Amapá e Aneel não se manifestaram.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/11/2020****Seção: Empresas****Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio****Título: Ribeirinhos da Amazônia passam a ter energia limpa**

A reserva extrativista Vila Restauração, no rio Juruá, um afluente do Solimões, no Acre, tem 750 moradores que hoje usam gerador a diesel para ter energia elétrica. Um projeto conduzido pela Energisa no local vai substituir o diesel caro e poluente pela energia solar e, ao mesmo tempo, garantir o suprimento contínuo de energia. A unidade solar, com armazenamento em baterias, será operada à distância, por satélites e terá um sistema de “backup” a base de biodiesel.

Os moradores de Vila Restauração hoje usam o gerador a diesel entre sete e dez da noite, horário de exibição de telenovelas. Levar eletricidade a essa vila ribeirinha vai significar mais do que estender a grade de programação de TV. A energia elétrica abre a possibilidade de que a comunidade passe a ter acesso à internet e também garante maior segurança na vida das pessoas na floresta.

“São brasileiros que não têm algo essencial, que é energia. Há consumidores espalhados por aqueles ambientes com sistemas que hoje funcionam com uma precariedade absurda. Quando acaba o óleo, há um problema no motor ou se precisa de uma peça de uma usina ali, é preciso trazer da capital, leva dias”, diz Ricardo Botelho, presidente do grupo Energisa, responsável pelo projeto em Vila Restauração.

Um dos benefícios mais esperados pelos moradores da comunidade é o uso de eletrodomésticos. O acesso a esses bens duráveis embute uma questão de sobrevivência: a geladeira é fundamental para o armazenamento de soro antiofídico. Ferimentos causados por cobras não são incomuns na região, mas um doente em Vila Restauração pode esperar cinco horas até o atendimento médico, pois precisa ser transportado por canoa por 70 quilômetros até o município mais próximo, Marechal Thaumaturgo (AC).

Levantamento do **Ministério de Minas e Energia (MME)** indica que existem 82 mil famílias de povos tradicionais em regiões remotas da Amazônia Legal com acesso precário à energia. Os grupos que vivem no coração da floresta dependem de pequenos geradores a diesel, que fornecem eletricidade três horas por dia.

Vila Restauração é um dos projetos próprios da Energisa para levar eletricidade a esses lugares. Em paralelo, o governo federal também conduz uma iniciativa

para prover geração de energia nas comunidades isoladas, o “Mais Luz na Amazônia”, lançado no começo deste ano e que pretende instalar a chamada microrrede para levar energia limpa subsidiada a essas localidades.

O MME mostra que há 82 mil famílias de povos tradicionais em regiões da Amazônia Legal sem acesso à energia

O MME iniciou conversas com distribuidoras locais, que serão responsáveis pela condução dos projetos, e assinou termos de compromisso com os grupos Equatorial, Energisa e Roraima Energia. A previsão é que o governo aprove até o final do ano os contratos para início das primeiras obras.

Toda essa discussão se insere em um debate antigo no Brasil sobre como levar energia à Amazônia. Fornecer energia a comunidades isoladas que não podem ser conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) é apenas um dos desafios. Para além disso, também existem municípios de maior porte na região que dependem da construção de grandes linhas de transmissão para se conectar ao sistema.

Dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam que no fim de 2019 o Brasil tinha 271 localidades não conectadas ao SIN. Nesse lugares, moram 3,3 milhões de pessoas, a maior parte na região da Amazônia, nos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará. As dificuldades de acesso ao Norte, cercado pela maior floresta tropical do mundo, estão no centro dos desafios para levar energia confiável à região. O SIN é responsável por 99% do fornecimento de eletricidade do país e garante o suprimento a partir principalmente de fontes renováveis, mas os sistemas isolados dependem da geração poluente e cara de usinas termelétricas.

O assunto voltou à tona depois do apagão que deixou às escuras todo o Estado do Amapá, no começo deste mês. Até hoje o suprimento de energia não foi totalmente normalizado. Apesar de os amapaenses serem, em grande parte, interligados ao sistema desde 2015 - o Estado tem cerca de 20 comunidades isoladas atendidas por usinas térmicas e sem previsão de conexão ao sistema interligado nacional -, a demora em reverter o incidente revelou também as dificuldades de manutenção e supervisão da infraestrutura energética da região amazônica.

A complexa operação para o religamento da subestação de energia que pegou fogo e acabou provocando o apagão no Amapá mostrou ao país que a integração ao sistema ainda não é suficiente para a garantia de suprimento confiável na região. A operação para reestabelecer o fornecimento de energia elétrica envolveu o uso de balsas e caminhões para transporte de máquinas e equipamentos por conta da dificuldade de acesso.

O incidente ocorre em momento em que novos horizontes se desenhavam para os sistemas isolados. Segundo a EPE, até 2024 o Brasil deve interligar ao sistema nacional 45 áreas hoje atendidas por térmicas isoladas. Os trabalhos de conexão dos sistemas isolados ao SIN se aceleraram depois da privatização das distribuidoras da Eletrobras, as antigas Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) e Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), vendidas à Energisa em 2018.

O grupo Energisa hoje distribui energia a aproximadamente 7,8 milhões de consumidores em onze estados brasileiros. A companhia é controlada pela Gipar, holding da família mineira Botelho que detém 30,5% do capital social da companhia, e pelo Fundo Samambaia, de Ronaldo Cezar Coelho, com 19,8%. O restante do capital está disperso na Bolsa. Em 2019, a receita operacional líquida da Energisa foi de R\$ 16,9 bilhões e o grupo lucrou R\$ 527,2 milhões.

A companhia conduz um plano de conexão de municípios no Acre e em Rondônia ao sistema nacional. Uma das primeiras iniciativas tomadas pela Energisa assim que assumiu as concessões no Norte foi implementar um sistema para comandar as subestações à distância, a partir de um centro de operações integrado. “O objetivo é colocar tecnologia nas soluções dos problemas do dia a dia. Cada solução tem que ser compatível com o meio da Amazônia, ou seja, limpa, sustentável, renovável”, afirmou o presidente da Energisa Acre, José Adriano Silva.

A empresa está construindo 1,8 mil quilômetros de linhas de distribuição ao longo de rodovias da região para fazer a interligação até 2025. Desde que assumiu as concessões das distribuidoras em 2018 e até 2020, a empresa investiu R\$ 1,37 bilhão na região para permitir o desligamento de térmicas a diesel que hoje atendem às localidades isoladas. Do total, R\$ 1 bilhão foi destinado a Rondônia e outros R\$ 374 milhões ao Acre.

A empresa investe na construção de 800 quilômetros de linhas de distribuição no Acre e mais mil quilômetros em Rondônia, além da construção e ampliação de 28 subestações. Os investimentos incluem reformas em 50 subestações existentes. A estimativa é que o fim da dependência de geração termelétrica nos dois estados gere uma economia de R\$ 750 milhões por ano em combustível, dinheiro custeado por encargos pagos por todos os consumidores brasileiros. “Não faz sentido no pulmão da Amazônia gerar energia com combustível fóssil, caro, e de logística complicadíssima”, defende Botelho.

A conexão dos centros urbanos no norte vai garantir que a população da região mais quente do país possa usar aparelhos de ar-condicionado sem o peso de usar uma energia proveniente de térmicas com forte emissão de carbono, questão crucial onde frequentemente as temperaturas passam dos 40°C. A

primeira usina térmica, no município de Alvorada do Oeste, a 400 quilômetros de Porto Velho (RO), foi desligada em março, graças à conclusão das primeiras linhas de distribuição. A previsão é que na primeira quinzena de dezembro duas cidades do Acre também sejam conectadas ao sistema: Manoel Urbano, distante 244 quilômetros de Rio Branco, e Assis Brasil, na fronteira com o Peru.

A expectativa é que as conexões ajudem também a resolver um problema crônico das localidades isoladas: o desligamento seletivo do suprimento quando os transformadores entram em sobrecarga. “Na primeira semana em que cheguei à Rondônia, uma manifestação popular fechou uma estrada pois a cidade de Jaru estava com restrições de energia. A população parou porque queria energia. Eu vinha da distribuidora da Paraíba, onde não se via isso no dia a dia. Ali eu percebi a oportunidade de mudar a matriz da região”, disse André Theobald, presidente da Energisa Rondônia.

Apesar do avanço nas novas conexões, um grande desafio persiste para o país: a interligação da última capital não suprida pelo sistema nacional, Boa Vista, em Roraima. O projeto de construção da linha de transmissão Manaus-Boa Vista foi licitado em 2015, num leilão que teve como vencedora a Transnorte Energia. A construção das linhas, no entanto, depende do aval do grupo indígena Waimiri Atroari, que discute com autoridades ambientais as condições para a emissão da licença de instalação. Segundo o MME, o início do suprimento vai ocorrer cerca de três anos após a concessão da licença.

O consultor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, diz que os problemas da logística de suprimento à região não serão sanados somente com interligações “Há necessidade de um sistema de redundância. Se houver algum acidente na forma de levar energia para um Estado, rapidamente deve-se acionar outra. Um Estado, seja qual for, não pode ficar dias sem energia. Hoje ninguém vive sem energia elétrica, sem tomada”, afirma o consultor.

A conexão dos municípios ao sistema e o atendimento aos povos tradicionais têm desafios e oportunidades semelhantes. Por mais simplificado que seja o escopo dos projetos, a natureza impõe obstáculos. Entre dezembro e abril, época das grandes chuvas, as construções ficam inviabilizadas devido à umidade do solo. Outra dificuldade é o acesso às comunidades, em geral feita somente por rios.

No caso das conexões para desligamento das térmicas nos centros urbanos basta construir linhas de distribuição que acompanham o curso das rodovias, mas no meio da floresta até mesmo o uso de concreto e de equipamentos mais pesados é um desafio. Isso se reflete na opção da Energisa por deixar de lado o cimento e optar pelo uso de fundações metálicas para as bases das usinas

solares. “Fazer construções no Norte não é simples, tem que ter muita metodologia e foco”, diz José Adriano.

A melhoria no acesso à eletricidade é condição crucial para o desenvolvimento econômico. No caso dos municípios que serão conectados ao SIN, a grande esperança é não apenas diminuir as interrupções no suprimento, como também abrir a possibilidade de expansão do consumo sem necessidade de investimentos adicionais. Até então, o aumento da demanda com a instalação de uma nova empresa, por exemplo, dependia da ampliação da geração térmica, portanto, a possibilidade de aumento do consumo com a conexão ao sistema abre oportunidade para novos investimentos industriais.

No caso dos povos tradicionais, o início do suprimento disponível 24 horas por dia pode criar alternativas econômicas sustentáveis e afastar a tentação dos apelos para usos ilegais da floresta. “Entender e valorizar este ambiente ajuda a pensar em modelos de sustentabilidade para a região. Há 30 milhões de pessoas que vivem na Amazônia Legal, então é necessário encontrar modelos que sejam inclusivos, ajudem a economia, pois se isso não ocorrer a floresta vai ter problemas de destruição”, disse Botelho.

A Energisa estuda as próximas comunidades remotas que receberão projetos. O convênio fechado com o MME como parte do “Mais Luz para a Amazônia” prevê 1.800 ligações em dois anos no Acre e 900 em Rondônia. “Ouvimos histórias incríveis sobre o dia em que quem vive nas comunidades vai ter energia de confiança. Eles falam o que vão fazer, como abrir uma pequena pousada ou um negócio”, diz Botelho.

Ainda não há definição do valor total do investimento nas regiões remotas, pois a companhia avalia o modelo da geração distribuída a ser aplicado. Há a possibilidade de que um mesmo projeto atenda a mais de uma comunidade. “Existem várias comunidades isoladas no Acre. Quando se anda de barco, é possível ver muitas pessoas que vivem na beira do rio, plantam mandioca, fazem extração de castanha, vendem isso de forma bruta, sem energia”, diz José Adriano Silva, o presidente da Energisa Acre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy — Do Rio

Título: Usina a gás seria solução menos poluente

Uma das soluções defendidas por analistas do setor de energia para garantir o suprimento de energia elétrica à região Norte e evitar as chances de apagões é

a ampliação do uso de termelétricas a gás na base do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Menos poluente do que as térmicas a diesel, as térmicas a gás garantem o fornecimento de energia não intermitente ao sistema, ao contrário de outras fontes com menos emissões de carbono, como eólica e solar, que dependem de condições naturais como a incidência do sol e a força dos ventos para a geração.

Além disso, as amplas reservas de gás no Norte do país favorecem a instalação de novos empreendimentos desse tipo na região. Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) indicam que a Bacia do Solimões tinha ao fim de 2019 o maior volume de reservas terrestres de gás natural do país, com 40,89 bilhões de metros cúbicos (m³) de gás em volumes provados, prováveis e possíveis (3P). Ali perto, a Bacia do Amazonas conta com mais 4,4 (m³) de gás em reservas 3P. O Norte, inclusive, abriga um dos maiores projetos de produção terrestre da Petrobras desde a década de 1980, o Polo Urucu, a cerca de 650 quilômetros de Manaus (AM).

Eventuais incentivos às térmicas, no entanto, têm provocado polêmica no setor em meio às discussões sobre a Nova Lei do Gás no Senado. Alguns senadores têm condicionado a aprovação do texto ao comprometimento do governo com a edição de decretos para o incentivo às usinas a gás na base do sistema. Os defensores das medidas argumentam que as usinas ajudariam a expandir a infraestrutura de gás e interiorizar a malha de gasodutos pelo país. Empresários do setor elétrico, por outro lado, criticam possíveis incentivos às térmicas, por receio de um eventual aumento das tarifas de energia elétrica e criação de subsídios cruzados, o que levaria a embates entre os agentes do mercado.

O consultor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, aponta que a maior integração entre os setores de energia elétrica e gás natural poderia beneficiar não somente a região Norte, como também melhorar a segurança energética do país. “Necessitamos de mais térmicas flexíveis que entrem em operação rapidamente, além de unidades inflexíveis, que gerem energia o tempo todo e tragam maior segurança energética. Quanto mais diversificada a matriz, menor é a probabilidade de faltar energia. O Brasil deveria tirar essa lição da situação do Amapá”, afirma o consultor, em referência ao apagão que deixou todo o Estado sem luz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério sustenta alta

Em mais um movimento de recuperação na semana, o preço do minério de ferro no mercado transoceânico registrou nova alta nas negociações de contratos à vista realizadas na China, maior consumidor mundial da principal matéria-prima do aço. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, a tonelada do minério com pureza de 62% de ferro foi cotada na sexta-feira a US\$ 128,83 no porto chinês de Qingdao, com alta de US\$ 0,94 a tonelada em relação ao dia anterior. O novo preço representou aumento de 0,74% em relação à quinta-feira. No mês, a commodity já registra aumento de 9,65%. No ano, alcança 39,84%. Segundo fontes disseram à publicação, o aumento nos preços de produtos siderúrgicos no mercado chinês sustentaram a alta do minério.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Carro e Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Petrobras e fundos estão longe de acordo

Divulgada pela Petrobras há pouco menos de duas semanas, a decisão da Justiça do Rio de Janeiro que anulou a arbitragem instaurada por Petros e Previ na B3 está longe de representar um ponto final na disputa entre os fundos de pensão e a petroleira.

Na quinta-feira passada, a petroleira deu entrada num embargo de declaração - um pedido de esclarecimento - sobre pontos da sentença judicial, inclusive com relação à troca dos árbitros, conta fonte que acompanha o caso de perto.

Ao anular a sentença parcial da Câmara de Arbitral, o tribunal a devolveu à corte arbitral para nova decisão

Em sua decisão, datada de 10 de novembro, a juíza Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, estabelece que outra sentença parcial deverá ser proferida após a fase de apresentação de provas “para positivar a existência, concreta e objetiva, do dano direto [...] alegado pelas acionistas Previ e Petros”. Na prática, isso significa que o processo arbitral deverá continuar.

Os fundos de pensão do Banco do Brasil (Previ) e da Petrobras (Petros) argumentam que sofreram prejuízos provocados por atos de corrupção investigados pela Operação Lava-Jato. Ao contrário do que pretendia a

Petrobras, a magistrada ordenou que “a nova sentença venha a ser proferida pelo mesmo tribunal arbitral, sem cogitar a troca de seus membros.”

Procurados por meio de suas assessorias de imprensa, Previ e Petros não quiseram comentar sobre a disputa com a estatal. O **Valor** apurou que os fundos de pensão ainda analisam se vão ou não recorrer da decisão judicial.

Na sentença de 10 de novembro, a juíza Maria da Penha destaca que “a comprovação da existência dos danos diretos, apurada concretamente, objetivamente, era crucial para ensejar uma sentença condenatória com base em responsabilidade civil.”

“O Judiciário não está anulando integralmente a sentença arbitral, mas sim reconhecendo a existência de vício em uma parte dela”, sustenta João Pedro Nascimento, sócio do escritório JPN Advogados e professor da FGV Direito Rio.

Na esfera arbitral, está em curso uma movimentação da Petrobras junto à B3 para substituir os árbitros atuais, conforme apurado pelo **Valor**. O argumento a favor da substituição é de que, embora extremamente qualificados, os árbitros deixaram de ser imparciais na medida em que já emitiram decisão sobre o assunto.

Procurado, o advogado Marcelo Gandelman, sócio do escritório Souto Corrêa Advogados, que representa a Petrobras, optou por não comentar esse ponto específico.

Gandelman afirma que a sentença judicial reconheceu os equívocos cometidos na decisão arbitral. “A Petrobras tem a convicção de que todos os procedimentos serão julgados improcedentes, por falta de previsão legal”, ressalta o advogado.

Nos Estados Unidos, existe a possibilidade legal de uma companhia ser condenada a ressarcir acionistas por prejuízos decorrentes de casos de desinformação. Em 2018, a Petrobras fechou nos Estados Unidos acordo no valor de US\$ 853,2 milhões para o encerramento das investigações realizadas pelo Departamento de Justiça (DOJ) e pela Securities and Exchange Commission (SEC), reguladora do mercado de capitais americano. DOJ e SEC apuravam irregularidades investigadas pela Lava-Jato.

Já no Brasil, pela Lei das Sociedades por Ações, são os administradores e controladores da companhia que podem ser responsabilizados. Ainda assim, uma fonte revela que além de seis procedimentos arbitrais já tornados públicos pela Petrobras, outros dois foram instaurados na B3 para tratar da mesma questão.

Sob condição de anonimato, um especialista em contencioso societário esclarece que o tribunal arbitral “não examinou” a afirmação da Petrobras de que não houve danos e de que a petroleira estatal não poderia ser responsabilizada. “Para ter condenação, é preciso comprovar o dano”, sustenta. A sentença parcial favorável ao ressarcimento dos fundos Previ e Petros foi proferida pelo tribunal arbitral em maio deste ano.

“O Judiciário está desfazendo a condenação da Petrobras, mas quem examinará em definitivo o tema será o tribunal arbitral, que deverá proferir outra sentença parcial, enfrentando o tema do dano direto alegado pelas acionistas Previ e Petros, bem como o nexo causal com a conduta culposa da estatal”, diz Nascimento, do JPN Advogados.

Nas cortes de arbitragem é frequente o expediente de segmentar o processo por meio de sentenças parciais. Isso permite, por exemplo, determinar primeiro se uma parte deve indenizar a outra. Posteriormente, os valores da indenização devida e a forma como sua liquidação deverá ocorrer podem ser fixados numa sentença final.

“Na prática, a decisão [judicial] não muda nada no procedimento arbitral”, afirma um advogado que pediu para não ter seu nome divulgado. “A juíza confirmou praticamente toda a sentença arbitral”, diz a fonte.

Ao anular a sentença parcial da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), o tribunal fluminense a devolveu à corte arbitral para que seja tomada uma nova decisão, conforme explicita a decisão da juíza Maria da Penha.

“Em que pese a bem fundamentada decisão do Judiciário; é sempre perigoso quando a jurisdição estatal intervém para anular e/ou de outra forma examinar o mérito de decisão proferida por tribunal arbitral”, pondera Nascimento.

O advogado lembra que a própria sentença judicial favorável à petroleira estatal indica que uma anulação seria cabível em questões envolvendo a “juridicidade” da discussão, ou seja, a conformidade com os princípios e as formas do direito, e não ao mérito da questão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/11/2020

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Rombo na previdência das estatais soma 24,7 bilhões

Em meio à polêmica em torno da privatização da Eletrobras, o governo divulgou um relatório em que faz um raio-x das despesas em 46 empresas estatais

federais. Os dados mostram que o rombo na previdência complementar do conjunto chega a R\$ 24,7 bilhões. Os aportes nesses planos somaram R\$ 8,1 bilhões em 2019.

O Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais mostra ainda que as despesas das empresas com planos de saúde chegaram a R\$ 10 bilhões e que algumas concederam reajuste salarial acima da inflação, mesmo em meio à crise. Os pagamentos a diretores podem chegar a R\$ 2,7 milhões ao ano.

“Com ele [o relatório], a sociedade começa a poder refletir se o custo dessas empresas públicas é proporcional ao serviço que elas entregam para a sociedade”, disse ao **Valor** o secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord.

Uma análise mais aprofundada desse conjunto de empresas ficará pronto no primeiro semestre de 2021. “A conclusão pode ser a manutenção, a incorporação pela administração direta, a privatização, a liquidação”, comentou o secretário. Essa decisão não será tomada por ele e sua equipe, e sim pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), comandado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Cabe à área técnica emitir uma recomendação.

Na lista analisada, estão inclusive estatais que não serão vendidas neste governo, como Petrobras e Banco do Brasil. Uma avaliação das estatais deve ser feita a cada quatro anos. Ou a cada dois anos, no caso das dependentes, que precisam de dinheiro do Tesouro para pagar suas despesas. Em 2019, o repasse às 18 empresas dependentes analisadas foi de R\$ 17,1 bilhões.

O relatório mostra que, na Eletrobras, o maior salário entre os empregados foi de R\$ 71.154 mensais em 2019. Na média, os funcionários receberam R\$ 11.227. Já o gasto médio com administradores e conselheiros fiscais ficou em R\$ 1,019 milhão ao ano.

Embora o número de empregados tenha recuado de 14.641 para 13.327 de 2018 para 2019, as despesas com salários avançaram de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 5,8 bilhões.

Os gastos com plano de saúde somaram R\$ 477 milhões. Em algumas subsidiárias, os genitores do funcionário entram como beneficiários da assistência médica.

A empresa conta com 16 planos de previdência complementar. Nos nove planos da modalidade benefício definido, o déficit técnico está em R\$ 751 milhões e a reserva matemática a constituir para equacionar desequilíbrios chega a R\$ 1,7 bilhão.

Nos Correios, o maior salário é de R\$ 49.676 mensais. O quadro caiu de 105.333 em 2018 para 99.467 em 2019, mas a folha ficou estável em R\$ 12 milhões.

O déficit técnico do fundo de previdência chega a R\$ 6,9 bilhões, e as provisões matemáticas a constituir, R\$ 5,6 bilhões.

Rombos elevados podem ser vistos também no Banco do Brasil (R\$ 4,8 bilhões), Caixa (R\$ 5,3 bilhões) e Petrobras (R\$ 3,3 bilhões). As provisões matemáticas a constituir são de R\$ 2,2 bilhões, R\$ 20,8 bilhões e R\$ 31,6 bilhões, respectivamente.

“Nos governos anteriores, usavam os fundos de pensão de empresas públicas como se dinheiro público fosse”, disse Mac Cord. “Compravam e investiam em coisas bastante duvidosas.”

O secretário afirmou que o acidente no Amapá não prejudica a privatização da Eletrobras. Pelo contrário, demonstra o quanto é importante reforçar a segurança energética na região Norte.

Propostas que já estão no Congresso, como o projeto de lei 232 (que trata do modelo comercial do setor elétrico), o projeto de lei que autoriza a desestatização da Eletrobras e o marco do gás natural concorrem para uma nova formatação do setor elétrico, disse. “Se a gente já tivesse feito tudo isso no passado, esse acidente não teria acontecido.”

O projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras deve prever R\$ 3,5 bilhões para modernizar o parque gerador da região Norte. O senador Eduardo Braga (MDB-AM), ex-ministro de Minas e Energia, é cotado para relator dessa matéria, assim como do novo marco regulatório do gás natural.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/11/2020

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » Bomba...

Coluna do Estadão

O governo está apreensivo: julgamento no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios pode levar a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) a desembolsar R\$ 600 bilhões.

» ...relógio. O tribunal já havia negado à empresa Ventos Potiguares o pedido de indenização pelo atraso na entrega de uma linha de transmissão. Mas, na última

sessão sobre o caso, o relator, Robson Barbosa de Azevedo, mudou o entendimento e avalizou o pagamento. Faltam os votos de dois desembargadores.

» No escuro. **Minas e Energia** emitiu parecer com alerta para o risco de apagão no Nordeste se a Chesf for punida. A AGU tem procurado os desembargadores para explicar que a indenização é muito maior do que a concessão de R\$ 300 milhões ao longo de 30 anos.

COM MARIANA HAUBERT E MARIANNA HOLANDA.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/11/2020

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Governo quer leiloar transposição do São Francisco em 2021

Vencedor da licitação cobrará pela distribuição da água e poderá gerar energia solar; União já investiu R\$ 10,8 bi

Marcadas gestões do PT na área de infraestrutura, a transposição do rio São Francisco deve ser entregue à iniciativa privada pela gestão Jair Bolsonaro no próximo ano. O governo planeja fazer o leilão de concessão em julho de 2021.

A empresa vencedora cuidará da operação dos reservatórios, estações de bombeamento e 477 quilômetros de canais, que alcançam quatro estados do Nordeste — Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

O governo tem feito sondagens com investidores e busca empresas de grande porte que poderiam operar um sistema de complexidade alta.

No radar da equipe econômica, estão companhias como a brasileira Weg, que já atua em sistemas de distribuição de água e irrigação em outros países.

“O nosso objetivo é garantir o suprimento hídrico. Nas secas que ocorreram no Nordeste de 2013 a 2016, os quatro estados e o governo federal gastaram de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões em medidas emergenciais para garantir o acesso da população à água”, disse à Folha o diretor de programa da secretaria do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), André Arantes.

A transposição do São Francisco é a maior intervenção hídrica do Brasil. As obras começaram em 2007, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O objetivo é interligar as águas do São Francisco a rios dos quatro estados beneficiados.

A obra está 97% concluída, segundo o governo. O eixo leste do empreendimento foi inaugurado em 2017 e está em fase de pré-operação. O eixo norte tem previsão para início das operações no primeiro semestre de 2021.

Entre as justificativas para a privatização, o governo argumenta que o empreendimento, de alto custo, é dependente do Orçamento da União, limitado por causa da crise fiscal.

O plano da concessão é uma parceria entre o PPI, do Ministério da Economia, e o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Membros do Executivo argumentam que o governo não deveria atuar diretamente na operação de sistemas desse tipo, mas sim se preocupar com a regulação da atividade, assim como faz no setor elétrico.

Os investimentos da União na obra já alcançam R\$ 10,8 bilhões e o valor total para a conclusão é estimado em R\$ 12 bilhões. Além disso, o custo anual de operação e manutenção do sistema gira em torno de R\$ 280 milhões, valor integralmente bancado pelo Tesouro Nacional.

Os contratos da concessão devem ter duração de 25 a 30 anos. Para fazer a modelagem, o governo contratou o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Ainda não há definição do modelo, e a conclusão dos estudos deve ser apresentada no primeiro trimestre do próximo ano.

Para atrair interessados, o governo permitirá que eventuais investidores gerem energia solar junto ao sistema da transposição, já que a região recebe alto nível de incidência do sol.

“Nós temos uma demanda bastante firme de energia, que é algo equivalente a 70% do custo de operação e manutenção do sistema. Então, tem um potencial atrativo para uma empresa interessada em prover a autoprodução para o projeto” afirmou Arantes.

A ideia é que a empresa ou o consórcio vencedor possa usar energia para alimentar a operação e eventualmente vender o excedente de energia produzida.

Além disso, o empreendimento vai gerar receita por meio da distribuição da água que flui pelos canais. Cada estado beneficiado pagará pelo volume que entrar em seu sistema. A forma de pagamento ainda está em discussão entre os entes e a União.

Os técnicos do governo afirmam que uma das premissas da concessão será a obrigação de que o operador preste o serviço cobrando valores baixos, possíveis de serem pagos pelos usuários.

“A gente tem buscado primordialmente a redução de custo. A ideia é perseguir a modicidade tarifária com a garantia da prestação do serviço pelo setor privado”, disse o diretor de programa do PPI.

A estimativa do governo é que a transposição beneficiará até 12 milhões de pessoas em 390 municípios quando a operação estiver em pleno funcionamento.

Embora parte do empreendimento tenha sido inaugurada em 2017, a obra apresentou falhas. No mesmo mês da inauguração, houve um rompimento que fez com que a operação fosse interrompida por 15 dias.

Como mostrou reportagem da Folha em 2019, a construção passou a apresentar sinais visíveis de deterioração: paredes de concreto rachadas, estações de bombeamento paralisadas, barreiras de proteção rompidas, sistema de drenagem obstruído e assoreamento do canal em alguns trechos.

Em agosto deste ano, cerca de 2.000 pessoas tiveram de ser evacuadas nas proximidades de uma barragem no município de Jati, na região sul do Ceará (cerca de 530 quilômetros de Fortaleza).

Na ocasião, uma tubulação se rompeu e gerou um vazamento na obra, que faz parte do eixo norte do projeto. O trecho havia sido inaugurado dois meses antes pelo presidente Jair Bolsonaro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/11/2020

Seção: Colunas

Autor: Ricardo Balthazar (interino)

Título: Balão...

Painel S.A.:

A Confederação Nacional da Indústria lança nesta segunda (23) site com informações sobre o mercado do gás natural, com o objetivo de pressionar pela aprovação do projeto de lei que muda o marco regulatório do setor.

...inflado

O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em setembro e aguarda designação de relator no Senado. A CNI diz que o portal será atualizado com dados sobre o avanço da regulação regional e informações sobre o mercado em outros países.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/11/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Braskem quer ver garrafas PET feitas a partir da cana

Petroquímica desenvolve tecnologia de novo monoetilenoglicol com empresa dinamarquesa. Local da fábrica está em estudo

Já imaginou fabricar as tradicionais garrafas PET a partir do açúcar, e não mais do petróleo? Pois a petroquímica Braskem acaba de desenvolver tecnologia para produzi-las a partir do açúcar bruto, como parte de sua política de reduzir suas emissões de CO₂. A novidade foi criada em parceria com a dinamarquesa Haldor Topsoe.

Gustavo Sergi, diretor de Químicos Renováveis e Especialidades da Braskem, conta que a viabilidade da nova tecnologia foi comprovada em uma unidade de demonstração em Lyngby, na Dinamarca.

As companhias conseguiram produzir o monoetilenoglicol (MEG), matéria-prima do PET, a partir de açúcar extraído da cana-de-açúcar, dispensando o petróleo. Hoje o MEG é feito a partir de matérias-primas fósseis —e poluentes—, como nafta do petróleo, gás ou carvão.

BRASIL ESTÁ NO PÁREO

Segundo Sergi, o próximo passo será planejar a construção de uma fábrica para o novo PET. Sem revelar investimentos, nem a capacidade, ele não descarta a possibilidade de a unidade ser construída no Brasil. Neste momento, as duas empresas avaliam, em conjunto, qual a melhor localização para a fábrica e seu tamanho.

— Conhecendo a tecnologia, conseguiremos ver o melhor lugar para a fábrica. Claro que há chances de ela ser no Brasil, porque o país tem muito açúcar, e a Braskem está aqui —diz Sergi.

Após o desenvolvimento tecnológico e a fase de testes, que se estendeu pelos últimos dois anos, o MEG à base de açúcar está agora sendo avaliado pelos produtores de resinas PET para comprovar sua eficácia.

O diretor da Braskem não revela o volume de produção na unidade dinamarkesa.

Mas conta que ela está instalada em uma construção com altura equivalente a um prédio de três andares, em uma área de 450 metros quadrados.

Segundo Sergi, o projeto faz parte da política de zerar as emissões de carbono até 2050. Mas a Braskem também está de olho em um mercado gigante de 30 milhões de toneladas anuais de MEG (que movimenta US\$ 25 bilhões) e de 90 milhões de toneladas de PET.

— Comprovamos ser possível transformar o açúcar em MEG renovável. Falta apenas refiná-la e partir para a planta industrial — diz Sergi.

A Braskem não produz PET, mas MEG — que é vendido para terceiros fabricarem o PET. Os principais produtos da empresa são resinas de polietileno e polipropileno.

O MEG renovável não chega a ser biodegradável. Sergi ressalta que, assim como outros tipos de resinas, é importante descartar o material usado adequadamente, para que retorne à cadeia produtiva.

A petroquímica iniciou há dez anos projetos para desenvolver tecnologias para produzir matérias-primas renováveis. Ela já fabrica eteno e polietileno verdes a partir da cana.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 23/11/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni / jailson R. Sena

Título: Fraudes provocam perda de R\$ 23 bilhões

O mercado de combustíveis do Brasil, que está entre os seis maiores do mundo, perde quase R\$ 23 bilhões por ano em fraudes. A cifra de R\$ 7,2 bilhões em evasão fiscal é conhecida, mas a ela se somam R\$ 15,7 bilhões em burlas quantitativas, com bombas adulteradas, e qualitativas, com misturas fora do padrão, que, além de provocarem danos aos veículos e prejuízos aos consumidores e ao erário, acabam com a concorrência. Este ano, a pandemia derrubou o consumo de gasolina e reduziu a fiscalização em 17%, porém, as irregularidades aumentaram. Segundo o Instituto Combustível Legal (ICL), as fraudes operacionais cresceram 4%, no país, de abril a julho de 2020, ante dezembro de 2019 a março de 2020.

O diretor do ICL, Carlo Faccio, explica que a entidade mapeou as várias irregularidades cometidas no setor, que é o maior em arrecadação do país, responsável por 6% do Produto Interno Bruto (PIB). “A primeira linha de atuação é contra as fraudes tributárias. São R\$ 7,2 bilhões de sonegação e inadimplência. No etanol, há possibilidade de recolher metade do tributo na distribuição, o que provoca perda da eficiência na arrecadação”, conta.

O setor chama de barriga de aluguel uma das fraudes mais praticadas. “O termo é usado para empresas de fachada. São constituídas, mas não têm nada de ativos. Em geral, são empresas que comercializam apenas etanol sem passar pela distribuição. É só um ambiente para emitir nota”, explica. As diversas burlas tributárias no setor são responsáveis por uma dívida ativa de mais de R\$ 60 bilhões. “Muito por conta dos devedores contumazes, que abrem uma empresa sem intenção de pagar impostos. Isso ocorre porque, até entrar, um processo administrativo demora cerca de três anos e, depois de aberto, mais um ou dois. Ou seja, nesses cinco ou seis anos de atuação, a empresa soma R\$ 1 bilhão de dívida. Quando os órgãos vão cobrar, não existe mais”, diz. “Depois que a dívida é tipificada e refinanciada, o índice de recuperação é de menos de 1%.”

Se resolvidas, as fraudes tributárias poderiam mitigar o problema de caixa de muitos estados quebrados, uma vez que o setor de combustíveis é o que o mais arrecada, por meio do principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para isso, no entanto, Faccio ressalta que seriam necessárias a simplificação tributária e as revisões na legislação, para que as penas sejam mais severas e punitivas. “O crime organizado atua em três linhas: armas, drogas e combustíveis, porque o setor garante a lavagem de dinheiro. No Brasil, mais de 200 postos são do crime organizado ou da milícia”, revela.

No tanque

Além dos crimes tributários, o setor ainda padece de fraudes operacionais, responsáveis por perdas anuais ainda maiores. Faccio lembra que são duas as principais burlas. “Na quantidade, quando a bomba é adulterada (serve menos do que mostra), e na qualidade, com misturas fora da conformidade, com álcool com mais água, metano e até nafta na gasolina”, assinala.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), responsável pela fiscalização dos postos e checagem da qualidade, no ano passado, apenas 3% do combustível comercializado no país apontaram irregularidades, a partir de um coletivo de 86.144 mostras. Em 2019, ainda conforme a ANP, foram consumidos 120 bilhões de litros de combustíveis, o que significa que 1,6 bilhão estava fora dos padrões. “Em setembro deste ano,

coletamos 6.728 amostras, com 1,9% de não conformidade”, diz Francisco Nelson, superintendente de Fiscalização do Abastecimento da ANP.

O diretor do ICL esclarece, contudo, que o consumo caiu durante a pandemia, por isso os números da ANP apontam queda. “Também houve redução na fiscalização”, acrescenta Faccio. De fato, Nelson admite uma queda de 17% nas operações. Para comprovar as irregularidades, o ICL criou a figura do cliente misterioso, que percorre os postos do país fazendo levantamentos de qualidade e quantidade. Entre abril e julho deste ano, os levantamentos apontaram alta de 4% nas irregularidades (veja quadro ao lado). “Depois de constatada a fraude, o ICL aciona os órgãos competentes, assim atuamos como força-tarefa.”

O diretor aponta outras irregularidades. “Como 45% da gaso-lina são tributos, ao misturar com nafta, cuja tributação é de 18%, o fraudador leva grande vantagem. Há quem misture água no álcool anidro e venda como etanol hidratado. Diesel sem biodiesel e até metanol, que é substância proibida, é misturada”, elenca. “As revendas movimentam alto volume. Em 24 horas, o produto já foi consumido. Isso possibilita que os grandes centros urbanos sejam o ambiente perfeito para as fraudes”, afirma Faccio.

Por isso, as falcaturas são mais frequentes em estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, embora ocorram por todo o país. “A pandemia juntou o ruim com o péssimo. Houve queda de consumo e redução de investimento em fiscalização, por restrição orçamentária e de pessoas nos órgãos fiscalizadores. À alta de 4% de aumento nas fraudes de qualidade e quantidade, vamos ter um salto nas tributárias, assim que o período for contabilizado”, estima o diretor.

Sem mágica

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (DF), Paulo Tavares, não tem números de Brasília. “Quando identificamos uma fraude, denunciamos, mas não conseguimos a divulgação da ANP sobre os dados locais. O fato é que não tem mágica no preço de gasolina. Quando é muito baixo pode indicar fraude”, diz.

Tavares considera a mudança promovida pela ANP na qualidade da gasolina um movimento positivo. “Com uma octanagem maior (gasolina mais pura), a tendência é ter menos fraude. Quanto maior a qualidade do produto, mais difícil fraudar”, explica. Brasília tem 320 postos, segundo o presidente do Sindicombustíveis. “Nosso sonho é a ANP vistoriar todos duas vezes por ano. Mas, isso não ocorre. Eles trabalham por amostragem. Porque os fraudadores praticam concorrência desleal e quebram os empresários corretos”, lamenta.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 23/11/2020****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni / Jailson R. Sena****Título: Pirataria e roubos em alta**

Outros crimes comuns são o roubo de carga e a interceptação do combustível nos dutos. “O Rio de Janeiro tem vários dutos que passam pela Zona Norte. Existem placas informando que a três metros de profundidade há dutos. Isso é um convite para os bandidos. Não à toa, em 2019, foram 268 perfurações. Em 2020, já são mais de 200. Se houver vazamento, o produto é altamente explosivo”, alerta o diretor do ICL.

Outra nomenclatura comum no setor é a bateadeira clandestina: depósitos onde vários produtos são misturados sem conformidade. “O combustível adulterado é vendido para redes de postos do crime organizado. Hoje, os crimes são refinados. No caso de bombas adulteradas, são usados sistemas tecnológicos. Instalam chip na placa e cometem a fraude remotamente. Assim, nos veículos com tanque pequeno, as fraudes são menores. Nos tanques grandes, roubam mais”, detalha. Além disso, há pirataria no setor, com postos se apropriando de elementos visuais de marcas conhecidas para enganar os consumidores, que nem sempre estão atentos às fraudes.

Taxista desde 1974, Lázaro Jacinto, 73 anos e morador de Taguatinga, diz não saber se sofreu fraude. “Não tenho como saber se eles colocam a mais ou a menos, mas creio que o uso do carro e as situações como engarrafamento definem a rentabilidade do combustível”, afirma. “Nunca tive problema nem com gasolina nem com álcool, e, por isso, acredito que a qualidade é boa”, completa.

O colega de profissão Milton Castelo, 41, morador de São Sebastião, não teve a mesma sorte, pois o carro já apresentou dificuldade em ligar. “Estava quase sem combustível e resolvi abastecer em um posto da Asa Sul. No outro dia, o carro não quis ligar e isso durou dois dias. Percebi que poderia ter sido a qualidade da gasolina e nunca mais abasteci lá”, relata. O problema não voltou a se repetir depois que Milton passou a optar por postos confiáveis.

Penas

O diretor da ANP, Francisco Nelson, orienta os consumidores a serem mais ativos para ajudar a agência no controle do mercado. “Todas as distribuidoras são obrigadas a informar a movimentação dos seus produtos, quanto vendeu, para quem e quando. Temos parceiros, como os órgãos fazendários e o

Ministério Público. Isso compõe um banco de dados de denúncia. Estimulamos o consumidor a buscar conhecer melhor o produto que vai consumir e adotar regras básicas, como pedir nota fiscal e testes de qualidade e de metrologia. É importante prestar atenção se há placa de identificação do posto, com autorização da ANP. E denunciar ao constatar irregularidades”, diz.

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA
(1864 - 1927)

Segunda-feira 23 DE NOVEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 48423

estadão.com.br

NA QUARENTENA

60 ANOS DE 'O BARQUINHO'

Canção de Roberto Menescal (foto) e Ronaldo Bôscoli ganha clipe de artistas japoneses. PÁG. H1



DIRETO DA FONTE

'FALTA DIVERSIDADE NO SURFE'

Com recorde da maior onda de 2020, Maya Gabeira quer ver mais mulheres no esporte. PÁG. H2



Puxada por demanda e câmbio, renda no campo cresce 37%

Receita com a venda da safra deve chegar a R\$ 347,2 bilhões; Paraná, Goiás e Mato Grosso lideram 'ranking'

Os agricultores brasileiros devem embolsar R\$ 347,2 bilhões com a venda das safras de soja, milho, trigo e outros produtos, um crescimento de 37,4% em relação ao ano passado. O número coloca o setor em uma espécie de "realidade paralela", enquanto indústria, varejo e serviços tentam se recuperar das perdas sofridas com a pandemia. O

bom desempenho é puxado pela produção recorde de mais de 250 milhões de toneladas, aliada à demanda externa, e, principalmente, pela desvalorização de mais de 30% do câmbio no ano. Fortes na produção de soja e milho, Paraná, Goiás e Mato Grosso registram os maiores avanços nas receitas com quebra da safra, o Rio Grande do

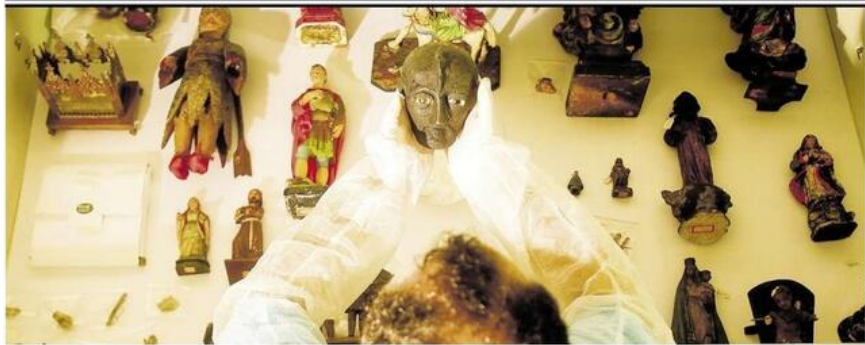
Sul ficou na lanterna. A riqueza vinda do campo movimentou ainda a economia de cidades do interior do País. Um dos efeitos é a geração de empregos. Levantamento mostra que, dos cem municípios em que foram abertos mais postos de trabalho até setembro, 26 estão nos três Estados com mais receita agrícola. ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3

● Mais investimentos

Os resultados animaram os produtores, que reinvestiram no negócio, o que gerou fila de espera para a compra de equipamentos, venda recorde de insumos e taxa de inadimplência na mínima histórica em cidades do interior. PÁG. B3

Lei de Acesso não 'pega' nas prefeituras do Estado de SP

O Estadão usou a Lei de Acesso à Informação (LAI) para questionar as 645 prefeituras do Estado de São Paulo sobre a rede municipal de educação. Só 204 (32%) responderam. As consultas foram ignoradas ou houve falhas que impossibilitaram a resposta nas outras 441 cidades (68%). Entre os entraves, houve preferência que não aceitasse pedido pela internet — e uma delas tentou cobrar pelo protocolo. POLÍTICA / PÁGS. A4 e A8



Resgate de um tesouro afro

Transferência de 523 peças de religiões de matriz africana para o Museu da República, no Rio, traz à tona o debate sobre a descriminalização da memória negra do País. São imagens, roupas e instrumentos confiscados pela polícia décadas atrás, e que agora foram recuperados e vão ganhar exposição. É o caso da coleção Magia Negra (foto). METRÓPOLE / PÁG. A15

ENTREVISTA

João Dória, governador de SP

'Frente deve comportar a centro-esquerda'

O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), defendeu, em entrevista ao Estadão, a formação de uma frente em 2022 que inclua a centro-esquerda e também nomes como o do ex-ministro Sérgio Moro, em oposição a "extremistas". "Os extremistas querem impor situações ao País, tanto na extrema esquerda, quanto na extrema direita", afirmou. Dória disse ainda que o movimento "não precisa ser liderado pelo PSDB" e que não será candidato à reeleição. POLÍTICA / PÁG. A8

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	169.197
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	181
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	484
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	6.070.419
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	18.276
TOTAL DE RECUPERADOS*	5.429.158

*INCLUI DOIS MILHÕES EM SAÚDE

Brasil publica mais estudos sobre covid do que Suíça e Japão

Pesquisadores brasileiros publicaram 4.029 estudos científicos sobre a covid-19, número que coloca a produção do País em 11.º no mundo. A maioria vem da USP, que também fez o levantamento. METRÓPOLE / PÁG. A16

BID vai investir US\$ 1,2 bi no Brasil em segurança pública

Programas de prevenção à violência e modernização da polícia poderão ter aporte do BID, desde que Estados possam obter financiamento externo. Caso do Espírito Santo, que já fechou acordo. METRÓPOLE / PÁG. A13

Luiz Carlos Trabuco Cappi

A desigualdade educacional se agravou. Uma sociedade deficiente em educação não avança e, pior, aponta para o atraso. ECONOMIA / PÁG. B6

Moisés Naim

Teremos quatro anos para averiguar o que determina o apoio incondicional de 74 milhões a Donald Trump. INTERNACIONAL / PÁG. A10

Luís Eduardo Assis

O governo está intoxicado pela própria saliva e não consegue levar adiante as propostas rasas que lança aos borbotões. ECONOMIA / PÁG. B2

Covas e Boulos buscam apoios na área cultural

POLÍTICA / PÁG. A6

Ataques de deputados ao TSE serão apurados

POLÍTICA / PÁG. A8

NOTAS & INFORMAÇÕES

Contas públicas e reformas

Com eleições, a agenda do Congresso foi praticamente suspensa. O Ministério da Economia segue agitando a bandeira da responsabilidade fiscal, mas sem estratégia. PÁG. A3

Ruído nas pesquisas eleitorais

Está claro que as pesquisas precisam passar por um contínuo processo de recalibragem. PÁG. A3

Tempo em SP 15 Min. 27 Min.

Parcelas reduzidas, a partir de R\$ 99, até 2022.

Compre seu Hyundai sem sair de casa com o Hyundai Express.



Saiba mais na página 5.

5 Garantia



Perceba o risco, proteja a vida.

VerCaras.com.br

HYUNDAI

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

FOLHA100: 96NIV100

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2020

ANO 100 ★ Nº 33.472 ★ R\$ 5,00

Beto sofreu asfixia por 4 minutos ante 15 pessoas

Vídeo mostra que Beto Freitas, 40, foi asfixiado por quase quatro minutos após ser espancado por seguranças de um Carrefour de Porto Alegre. Havia no local 15 testemunhas. A defesa de um dos agressores nega ter havido dolo ou racismo — Freitas era negro —, e diz que ele poderia estar sob efeito de entorpecentes. Cotidiano B4 e B5

ENTREVISTA DA 2ª Flavia Reis**Planalto usa a retórica racial da ditadura militar**

A14

Guilherme Athia

Governança corporativa teria salvo uma vida em Porto Alegre

Mercado pág. 2

Agendas de Covas na campanha e no cargo contrastam

Em busca da reeleição em São Paulo, Bruno Covas (PSDB) tem uma agenda cheia de eventos externos como candidato e, crescentemente, "despachos internos" como prefeito. A prefeitura diz que a reportagem visa enganar o leitor e que Covas mantém a sua rotina. Poder A6



Única negra em sua escola, Julia (com a mãe, Mariana), sofreu racismo Adriano Vazari/Folhapress

Estudantes negros são só 10% na rede privada de SP

Desequilíbrio é maior nos distritos ricos, mas atinge também áreas em que há mais alunos pretos e pardos

Levantamento feito pela Folha mostra que apenas 1 em cada 10 alunos de escolas da rede privada da cidade de São Paulo é negro.

O desequilíbrio é registrado mesmo nos distritos onde há maior número de estudantes pretos e pardos, como o Itaim Paulista (zona leste da capital).

Lá, crianças e jovens negros são 49% dos estudantes, mas apenas 24% dos matriculados em instituições particulares.

Já em pontos mais ricos da cidade, o abismo é ainda mais profundo.

Em Pinheiros (zona oeste), há 11,9% de estudantes negros no geral, e apenas 2,5% nos colégios privados.

Os dados compilados do Censo Escolar de 2019 tiveram excluídos estabelecimentos privados conveniados ao governo.

Nesse recorte, 35,7% dos estudantes da cidade são negros. Os números mostram que não são apenas obstáculos geográficos que reduzem a presença de negros em escolas privadas.

A cor da pele e a renda segregam estudantes. Pais de alunos pretos e pardos relatam episódios de racismo nas escolas particulares.

Cinco dos melhores estabelecimentos de ensino do país, por colocação no Enem, ficam na cidade e são privados. Eles têm de 0,3% a 6% de seus alunos negros.

As escolas particulares admitem falhas no sistema de declaração de cor de seus alunos. Segundo diretores, muitos alunos não se dizem negros justamente por temer preconceito.

Desde meados deste ano, 60 instituições integram um movimento liderado por famílias contra o racismo.

Elas pedem mais diversidade na rede privada por meio de bolsas, mas há limitações apontadas de custo e o temor de que a inclusão induza desvio de debate da melhoria do ensino público, que abarca 64% da educação básica paulista.

Além disso, existe receio de que um programa desses cause impacto psicológico em alunos. Cotidiano B1 e B3

Sob Boulos, MTST invadiu áreas de proteção ambiental

Liderado por Guilherme Boulos, o candidato do PSOL em São Paulo, o movimento dos sem-teto invadiu terrenos em áreas de proteção ambiental e pressionou para mudar normas de preservação. Boulos diz que invasões nunca afetaram regiões com cobertura vegetal. Poder A8

Boas e más notícias na pandemia moldam as Bolsas

FolhaInvest pág. 4 e 5

Saúde discute vacina com empresas, mas não a da Coronavac

Saúde B5

EDITORIAIS A2**Bomba-relógio**

Sobre projeções sombrias para alta da dívida pública.

Agruras socialistas

Acerca de desgaste político do governo de Portugal.

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 176.292.687

VISITANTES ÚNICOS 34.419.037

**MPME Pág. 6**

Empresários de já adotou Pix ainda espera que cliente use o novo sistema

Ilustrada B8

Empresários de teatro celebram online, mas artistas lutam por patrocínio

Ilustrada B9

Jornalista Zeca Camargo estreia na ficção com contos sobre confinamento

Pandemia no Brasil

Brasil	Total	Óbitos*	Recuperação**	Estágio
Casos	6,1 mil	30 mil	81,3%	Acelerado
Óbitos	169,2 mil	484	49,4%	Estável

Dados das 20h de 22.nov *Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

Acelerado	Estável	Desacelerado	Reduzido
-----------	---------	--------------	----------

**Estados com mais óbitos**

Estado	Total
1º SP	41,3 mil
2º RJ	22 mil
3º MG	9,8 mil

Centrão avança em cidade que recebe mais auxílio oficial

Os partidos do centrão e siglas próximas avançaram mais no primeiro turno das eleições em cidades que foram mais beneficiadas pelo auxílio emergencial do governo durante a pandemia. Progressistas, PL, PSD, MDB e Republicanos ocuparam espaço da esquerda. Poder A4

Marcus Melo

Derrotas de Bolsonaro não eclipsam vitória do governo

Opinião A2

C. Rochamonte

Presidente se tornou estorvo para a direita mais ponderada

Opinião A2

PENSOU

BLACK FRIDAY

COMPROU

Consul

Saiba mais em

bempensadoconsul.com.br

Acesse o website www.bempensadoconsul.com.br para obter as informações necessárias da ação de cashback.

PENSOU CASHBACK DE ATÉ R\$ **350,00**

A Mastercard é mais do que cartão

Análise de dados ajuda empresas a inovar e ficar à frente da concorrência

Mercado Pág. 3

O que pensa o Papa: Em livro, Francisco convida os fiéis a refletirem na pandemia e defende legado

PÁGINA 10

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2020 ANO XLVI - Nº 31.885 • PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ • R\$ 5,00



Negros Muros de luta

FOTO: LEO MARTINS

Projeto já pintou, nas ruas do Rio, dez painéis de ícones da história negra, como o do maestro Moacir Santos (foto), que fica na Glória, onde ele morou. Grupo pretende realizar mais quatro obras por meio de uma vaquinha. **SEGUNDO CADEIRO**

MEDIDAS DA COVID

Inadimplência de empresas cai pela metade

Micro e pequenas conseguiram repactuação durante crise, mas temem cobranças em 2021

As medidas do governo durante a pandemia para facilitar o acesso ao crédito por micro e pequenas empresas fizeram a inadimplência cair quase à metade. Segundo dados do Banco Central, o indicador passou de 4,11% em abril, auge da crise, para 2,24% em setembro. Micro e pequenas renegociaram financiamentos e tiveram alívio das parcelas. Masterão de retomada dos pagamentos em 2021, e, com faturamento ainda fraco e uma possível segunda onda de Covid-19, a Confederação das Micro e Pequenas Empresas alerta para risco de uma nova alta na inadimplência. A solução, argumenta, seria continuar garantindo acesso a crédito. **PÁGINA 7**

ram alívio das parcelas. Masterão de retomada dos pagamentos em 2021, e, com faturamento ainda fraco e uma possível segunda onda de Covid-19, a Confederação das Micro e Pequenas Empresas alerta para risco de uma nova alta na inadimplência. A solução, argumenta, seria continuar garantindo acesso a crédito. **PÁGINA 7**

EDITORIAL

DIVERSIDADE NAS URNAS RENOVA POLÍTICA E DEVE SER CELEBRADA **PÁGINA 2**

JOAQUIM FERREIRA DOS SANTOS

Video do espancamento mostra Brasil que 'não existe' **SEGUNDO CADEIRO**

ELEIÇÕES 2020

As propostas contra o racismo

Os programas de governo dos candidatos às prefeituras de Rio, São Paulo, Porto Alegre e Recife trazem poucas propostas para combater a discriminação racial nos municípios. Em geral, as menções são genéricas e tratam do tema em meio a outras formas

de discriminação. Na capital gaúcha, onde João Alberto foi assassinado, Manuela D'Avila prevê um plano de promoção da igualdade racial, enquanto Sebastião Melo (MDB) não mencionava o tema. Procurado, ele diz agora que vai criar um órgão. **PÁGINA 4**

No G20, Bolsonaro diz preservar meio ambiente

Apesar dos registros recentes de devastação, o presidente Jair Bolsonaro usou seu discurso no G20 para elogiar o "elevado nível de preservação" brasileiro e afirmar que vai "continuar protegendo" a Amazônia e o Pantanal. Segundo ele, país sofre "ataques injustificados" de nações menos sustentáveis. **PÁGINA 11**

Polícia abre nova frente no caso João Alberto

Novos vídeos sugerem que os seguranças do Carrefour de Porto Alegre que assassinaram João Alberto Freitas conheciam a vítima. A polícia investiga também se houve responsabilidade de outras sete pessoas que testemunharam o espancamento e nada fizeram. **PÁGINA 11**

LUTA PELO G-4

Flu bate o Inter com gol olímpico



O Fluminense foi a Porto Alegre e bateu o Internacional de virada, com um gol olímpico de Lucca e outro de Caio Paulista. O Vasco conseguiu segurar o São Paulo e empatou em 1 a 1 no Morumbi. No Nilton Santos, o Botafogo perdeu e está na penúltima colocação. **CADEIRO DE ESPORTE**

Lucca. Atacante fez o gol olímpico que deu início à virada do Flu

ENTREVISTA/VITELIO BRUSTOLIN

'Como os órgãos de inteligência do Brasil deixaram isso passar?'

Vitelio Brustolin, da UFF e de Harvard, diz que somente inteligência falha pode explicar por que a Marinha continuou adquirindo equipamentos de criptografia da empresa Crypto AG após a revelação de que ela era da CIA. **PÁGINA 24**

Bolsonaro no divã (3)



— Estou vendo Twitter demais...

Fim de contrato ameaça o Lagoon

Com o término da concessão, mês que vem, complexo que reúne o Estádio de Remo da Lagoa, cinemas e restaurantes corre risco de fechar. **PÁGINA 12**

MELHOR OFERTA

ZIPP

Limpador Desinfetante LYSOFORM 11
7 Litros (Original, Spray, Gel, Líquido e Gelato)

De R\$ 14,19 Por R\$ 6,95

Ofertas válidas de 23 a 30/11 ou enquanto durarem os estoques

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2020

NÚMERO 21.001 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,50

Galo retoma a liderança

Atlético Mineiro conseguiu arrancar um empate com o Ceará (2 x 2) no Castelhão. No Morumbi, o São Paulo deixou escapar a ponta depois do 1 x 1 com o Vasco. Destaque ficou para o Fluminense, que virou diante do Internacional, no Beira-Rio (2 x 1).

PÁGINA 12



Galerias de arte se reinventam

Espaços, centros culturais e museus de Brasília adotam regras rígidas para receber o público, além de oferecer exposições on-line e lives nas redes sociais.

DIVERSÃO & ARTE



Fraudes bilionárias no setor de combustíveis

Por ano, o mercado perde R\$ 23 bi com golpes que vão de bombas adulteradas a misturas fora do padrão, causando prejuízos ao consumidor e aos cofres públicos

PÁGINA 6

Cibtech/Diversão



Adesivo inteligente para saúde

Colado em qualquer parte do corpo, a pele eletrônica é dispositivo fino e elástico, que pode monitorar desde batimentos cardíacos à saturação de oxigênio do usuário.

PÁGINA 11

ELEIÇÕES

Esquenta o debate sobre uso de urnas eletrônicas

PÁGINA 2

ECONOMIAS
Indústria e comércio dão sinais de recuperação

PÁGINA 7

Marcelo Ferreira/CB/OA Press



Profissões de risco na pandemia

Enquanto especialistas alertam para uma possível segunda onda, trabalhadores, como o cobrador de ônibus André Henrique, vivem o medo diário de se contaminar pelo novo coronavírus. No DF, boletim destaca tendência de queda da covid-19. PÁGINAS 14 E 15

Histórias de consciência

Um legado de afeto e militância social

O projeto Rainhas Coroadas é uma das ações que marcam a trajetória da professora aposentada Adeline Benedita, em busca da autoestima de crianças, numa sociedade preconceituosa. PÁGINA 17



Corrida para registrar vacinas se intensifica

Especialistas alertam, porém, para a necessidade de o Ministério da Saúde definir uma estratégia abrangente de imunização. Recentemente, representantes internacionais de cinco farmacêuticas iniciaram as negociações com a pasta. PÁGINA 5

G-20 se compromete com a imunização

PÁGINA 10

Bolsonaro defende política ambiental

Nas redes sociais, presidente diz ser injustiçado pela comunidade internacional e garantiu que o governo brasileiro mantém o compromisso de proteger a Amazônia e o Pantanal. Ambientalistas questionam declaração. PÁGINA 3

Racismo entra na campanha política

Morte de João Alberto, atacado por seguranças de um supermercado, deve influenciar debates no segundo turno das eleições municipais e também na agenda do pleito de 2022. PÁGINA 4



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • CRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(11) 99256.3846

DADOS ASSOCIADOS DA

Assessoria de Comunicação: Destaques dos Principais Jornais do dia

32

MME / ASCOM .